

ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO FEMININA NO MERCADO DE TRABALHO

Emilly Lima de Matos¹
Naisy Silva Soares²
Vitor Luiz Silva de Oliveira³
Ari Melo Mariano⁴

RESUMO:

O presente trabalho teve como objetivo geral analisar a participação da mulher no mercado de trabalho, de 2002 a 2018, bem como a sensibilidade da participação da mulher no mercado de trabalho em relação ao custo da cesta básica e demais variáveis relevantes. Foi utilizado o método mínimos quadrados ordinários. Com base nos resultados obtidos, observou-se que a participação da mulher no mercado de trabalho é mais sensível a variações: custo de cesta básica, número de concluintes femininas no ensino superior, taxas de desemprego e salário mínimo.

Palavras-chave: Análise de sensibilidade; método mínimos quadrados ordinários; economia regional.

ABSTRACT:

This study aimed to analyze the participation of women in the labor market, from 2002 to 2018, as well as the sensitivity of the participation of women in the labor market in relation to the cost of the basic basket and other relevant variables. Ordinary least squares method were used. Based on the results obtained, it was observed that the participation of women in the labor market is more sensitive to variations: cost of basic basket, number of female graduates in higher education, unemployment rates and minimum wage.

Keywords: Sensitivity analysis; ordinary least squares method; regional economy.

¹ Mestra em Economia Regional e Políticas Públicas da Universidade Estadual de Santa Cruz

² Economista e professora da Universidade Estadual de Santa Cruz

³ Bacharel em letras e relações internacionais pela Universidade Estadual de Santa Cruz

⁴ Doutor em administração e professor da Universidade de Brasília

1. INTRODUÇÃO

Historicamente, observou-se uma crescente participação feminina no mercado de trabalho mundial. Entretanto, apesar dos registros escassos, Nogueira (2004) relata que na Idade Média já havia atribuições de trabalho à figura feminina de acordo com sua faixa etária. As que viviam no campo eram dedicadas às atividades agrícolas, as mais novas e solteiras lavavam e teciam, enquanto as mães cuidavam das crianças e as mais velhas tinham como função cozinhar.

Segundo Guiraldelli (2007), nos séculos XVI a XVIII na Europa haviam mulheres ocupadas no comércio, principalmente na área têxtil. Com a Revolução Industrial houve grande absorção da mão de obra feminina, principalmente pelo interesse dos empregadores em baratear os salários. As mulheres entraram no mercado de trabalho aceitando remunerações muito inferiores às dos homens e elevada jornada de trabalho.

Com as Grandes Guerras Mundiais as empresas perderam muitos homens nas batalhas e precisavam renovar a força de trabalho. Esse fato também contribuiu para que as mulheres assumissem os negócios da família e fossem aceitas nos ambientes de negócios (PROSBT, 2003). Assim, a mulher começou ocupar posição no mercado de trabalho.

No caso específico do Brasil, no período entre 1979 e 1989, por exemplo, houve um aumento da população economicamente ativa brasileira de 39,6% para 43,3%. A entrada maciça de mulheres no mercado de trabalho após o ano de 1970 influenciou esse aumento. Ao final dos anos 80, mais de um terço da população economicamente ativa do país era composto por mulheres” (BALTAR, 2008, p. 240).

Dados do Banco Mundial (*WDI – World Development Indicators*) e do IPEA revelam que o índice da participação das mulheres no mercado de trabalho brasileiro ultrapassa a de países da Europa e se aproxima ao da China, como pode ser observado na Figura 1.

Figura 1: Taxa de participação da força de trabalho feminina (15 anos ou mais) em diferentes países, no ano de 2009.



Fonte: WDI – Banco Mundial, citado por Pinheiro (2012).

Segundo Cirino e Lima (2011), até o início da década de 1980, observava-se no trabalho feminino no Brasil, a característica predominante de complementaridade em relação ao trabalho masculino no sustento da família. O fraco desempenho da economia brasileira nas décadas de 1980 e 1990 e o processo de reestruturação produtiva das empresas brasileiras provocaram um aumento do desemprego no país e do número de trabalhadores autônomos e sem carteira assinada, piorando a qualidade de vida das famílias.

Com o aumento do desemprego do chefe do domicílio e diminuição dos salários reais na economia nacional as mulheres se viram obrigadas a procurar emprego para suplementar ou garantir a renda familiar. No entanto, outros fatores também explicam o aumento da participação feminina na força de trabalho no Brasil.

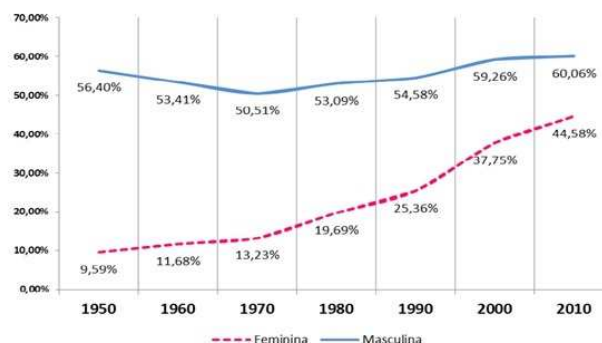
Costa (1990), Bruschini e Lombardi (1996) citam a industrialização de bens, o crescimento de serviços que antes eram tipicamente domésticos e a difusão de eletrodomésticos passaram a facilitar a ausência das mulheres em casa; mudança de valores em relação ao papel social da mulher, devido ao fortalecimento dos movimentos reivindicatórios feministas; crescente urbanização, trazendo maiores oportunidades de trabalho para as mulheres; crescimento, na década de 1980, do

setor terciário, cuja característica de maior flexibilidade e intermitência proporciona um perfil de emprego mais favorável às pessoas do sexo feminino; aumento das mulheres chefes de família, sendo que a tal posição é geralmente atribuída a principal responsabilidade pelo sustento do domicílio; e queda da taxa de fecundidade no país, fazendo com que as mulheres se voltassem mais para o mercado de trabalho na presença de menos filhos no domicílio.

A educação também representa uma importante variável para explicar a inserção do indivíduo no mercado de trabalho, assim como o custo de vida e a renda familiar (NEIVERTH, 2003). Sendo assim, no Brasil, entre os anos de 1950 e 1990, as taxas de crescimento da População Economicamente Ativa (PEA) masculina mantiveram-se estáveis, com pequeno crescimento após o ano 2000. Já em relação às mulheres houve um acentuado aumento no índice PEA, com taxas de crescimento em todas as décadas (Figura 3). Pinheiro (2012) afirma que mesmo na crise do petróleo de 1970, onde o PEA masculino apresentou uma queda devido às demissões em massa durante a crise, as mulheres seguiram conquistando espaço no mercado de trabalho.

As taxas positivas do PEA tanto para homens quanto para mulheres, entre o período de 1990 e 2010, ocorreram em razão da estabilidade econômica promovida pelo Plano Real e no governo do presidente Luis Inácio Lula da Silva onde houve queda acentuada no desemprego (Figura 2). “A curva feminina mostra uma tendência de igualar-se aos homens nas próximas décadas, equilibrando o mercado de trabalho” (PINHEIRO, 2012. p. 31).

Figura 2: Taxa de participação da população economicamente ativa no Brasil (1950-2010).



Fonte: IBGE (2018).

Contudo, nos últimos cinco anos verificou-se um aumento da taxa de desemprego no Brasil devido às crises econômicas e políticas no país. Em 2012 a taxa de desemprego foi de 7,8% e em 2018 aumentou para 12,7% (IBGE 2018). Assim, as mulheres se viram obrigadas a procurar emprego como forma de suplementar ou garantir a renda familiar em uma conjuntura de aumento do desemprego.

Nesse contexto, o objetivo principal do presente estudo foi analisar a participação da mulher no mercado de trabalho no período de 2002 a 2018, bem com o comportamento da participação da mulher na força de trabalho brasileira e sensibilidade da participação da mulher no mercado de trabalho em relação a variáveis selecionadas nas regiões metropolitanas.

O presente estudo torna-se importante no sentido de fornecer subsídios para elaboração de políticas públicas sobre a participação da mulher no mercado de trabalho brasileiro.

2. METODOLOGIA

Esta pesquisa é uma revisão sistemática do tipo exploratória com abordagem quali-quantitativa analisando a participação feminina no mercado de trabalho de regiões metropolitanas brasileiras (Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre).

Todos os modelos foram ajustados pelo método mínimo quadrados ordinários (MQO) e estão na forma logarítmica para que os resultados expressem as elasticidades.

Para analisar o comportamento da participação da mulher na força de trabalho brasileira foi ajustado um modelo econométrico, conforme equação (1) e realizada uma análise gráfica (GUJARATI, 2000).

$$Y = a \cdot e^{bt} \cdot \mathcal{E}_t \quad (1)$$

em que y = variável dependente (população ocupada feminina no mercado de trabalho); T = tempo; a e b = parâmetros a serem estimados.

Aplicando a forma logarítmica, tem-se a equação 2:

$$\begin{aligned} \ln Y &= \log a + bT \\ \ln n &= (1 + 1) = b \\ 1 + r &= \text{anti log}(b) \\ r &= \text{anti log}(b) - 1 \end{aligned} \quad (2)$$

Deste modo, a TGC em percentual foi obtida pela equação 3.

$$R = [\text{anti log}(b) - 1] * 100 \quad (3)$$

Foi ajustado um modelo econométrico para analisar a sensibilidade da participação da mulher na força de trabalho brasileira nas Regiões Metropolitanas, pelo método Mínimos Quadrados Ordinários, conforme equação 4.

$$\begin{aligned} \ln(POFRM) &= \\ B1\ln(CCBB) &+ B2\ln(ESUfBR) + \\ B3\ln(SM) &+ B4\ln(TDB) \end{aligned} \quad (4)$$

Em que:

$POFRM$ = População ocupada feminina nas regiões metropolitanas

$CCBB$ = Custo da cesta básica no Brasil

$ESUfBR$ = Número de mulheres que concluíram o ensino superior no Brasil

SM = Salário mínimo no Brasil

TDB = Taxa de desemprego no Brasil

\ln = Logaritmo Neperiano

$B's$ = Parâmetros a serem estimados

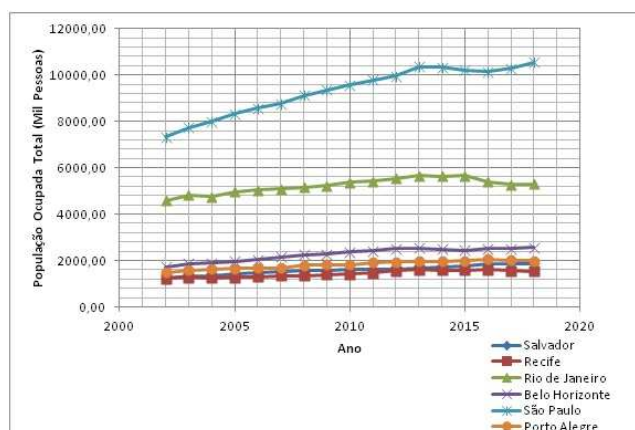
O modelo foi ajustado na forma logarítmica para que os resultados dos coeficientes expressem as elasticidades.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1. Comportamento da participação da mulher na força de trabalho

Com base na Figura 3 e na Tabela 1 observa-se o comportamento da população ocupada nas diferentes regiões metropolitanas do Brasil, de 2002 a 2018.

Figura 3: Taxa de crescimento da população ocupada nas Regiões Metropolitanas brasileiras, de 2002 a 2018.



Fonte: Dados do IBGE

Tabela 1 – Taxa geométrica de crescimento (TGC) da população ocupada nas Regiões Metropolitanas brasileiras, de 2002 a 2018.

Itens	TGC (% ao trimestre)						
	POR	PO	PO	PO	PO	PO	PO
	M	R	S	BH	RJ	SP	PA
Femini	0,59	0,5	0,7	0,67	0,3	0,6	0,58
na	*	8*	9*	*	5*	8*	*
Mascu	0,35	0,3	0,4	0,46	0,1	0,4	0,32
lina	*	7*	*	*	6*	*	*
Total	0,45	0,4	0,5	0,5	0,2	0,5	0,4
	*	6*	*	*	4*	*	*

Fonte: Dados da Pesquisa. Todos foram significativos a 1%.

Nota: PORM= população ocupada nas regiões metropolitanas; POR= população ocupada na região metropolitana de Recife; POS= população ocupada na região metropolitana de Salvador; POBH= população ocupada na região metropolitana de Belo Horizonte; PORJ= população ocupada na região metropolitana do Rio de Janeiro; POSP= população ocupada na região metropolitana de São Paulo; POPA= população ocupada na região metropolitana de Porto Alegre.

Com base na Tabela 1 foi possível observar um crescimento da população ocupada total em todas as regiões metropolitanas, entre os anos de 2002 e 2018, tendo destaque a Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, São Paulo e Salvador, pois apresentaram maiores taxas de crescimento. Nessas regiões a população ocupada total cresceu a uma taxa média de 5% ao trimestre. Raciocínio análogo para as demais regiões. (Tabela 1)

Em contrapartida, apesar de não apresentar índices negativos, a Região Metropolitana do Rio de Janeiro apresentou a menor taxa de crescimento da população ocupada total (0,24% ao trimestre) (Tabela 1).

Constata-se que em todas as regiões analisadas, a população ocupada feminina cresceu a taxas maiores que a masculina. Com destaque

para a Região Metropolitana Salvador, São Paulo e Belo Horizonte, com taxa de crescimento de 0,79%, 0,68% e 0,67% ao trimestre, respectivamente. A região que apresentou um menor taxa de crescimento tanto na taxa da população ocupada feminina quanto masculina foi a Região Metropolitana de Rio de Janeiro (Tabela 1).

Esse crescimento da população ocupada em todas as regiões metropolitanas analisadas pode ser explicado pelo aumento da população em idade de trabalhar visto que a população brasileira cresceu há uma taxa média de 0,77% entre 2016 e 2017 (IBGE, 2018).

Quanto ao aumento da população ocupada feminina, pode ser explicada por pelo menos dois fatores. Primeiro, o aumento da inflação que no mês de junho de 2018 chegou a 1,26%, contribuindo para o aumento do preço da cesta básica em todo o Brasil. Segundo, o aumento do desemprego que no ano de 2018 chegou a taxa de 13,1%, afetando principalmente o chefe de família, fato este que levou a mulher a buscar por uma renda extra que custeasse o aumento das despesas do lar.

Além do aumento do preço dos bens de consumo e do desemprego, autores como Scorzafave e Menezes Filho (2001) e Cirino e Lima (2011) destacam o nível educacional como fator que contribui para a inserção da mulher no mercado de trabalho. De acordo com dados da Sinopse Estatística da Educação do Ministério da Educação, no ano de 2002 o número de concluintes do ensino superior em todo Brasil totalizava 172.951 estudantes do sexo masculino e 293.309 do sexo feminino, enquanto que no ano de 2016 esse número cresceu para 376.669 do sexo masculino e 562.063 do sexo feminino (MEC). Esses números revelam o aumento expressivo de mulheres que buscaram por qualificação profissional. Ainda segundo os autores, a qualificação profissional proporciona maiores oportunidades de inserção no mercado de trabalho, pois “à medida que o agente econômico vai aumentando os seus anos de estudo, ele tende

a apresentar melhores oportunidades de emprego e renda” (CIRINO, 2011, p. 166).

No caso específico do Rio de Janeiro as baixas taxas registradas no crescimento da população ocupada podem ser explicadas pela grave crise que assola todo o Brasil, em especial o estado do Rio de Janeiro. De acordo com dados da PNAD, no ano de 2016 mais de 960 mil pessoas procuravam por emprego no estado e a taxa de desocupação chegou a 15,7% no segundo trimestre de 2018 (IBGE, 2018).

A região metropolitana de São Paulo é destaque como a maior metrópole do país abarcando o maior número de empresas e oportunidades de emprego. Belo Horizonte, segundo Braga e Rodarte (2005) e Cirino e Lima (2011), é destaque por seu alto potencial de dinamismo econômico e “desenvolvimento das atividades industriais e de setores de serviços com maior concentração no emprego formal” (CIRINO, 2011, p. 167). De acordo com o Sindicato da Indústria da Construção do Estado da Bahia (SINDUSCON-BA), o estado da Bahia apresentou um crescimento do emprego de carteira assinada nos últimos 10 anos principalmente devido ao avanço da construção civil, apresentando um crescimento de 154,4% nos empregos formais desse setor (SINDUSCON-BA, 2018).

3.2 Análise de sensibilidade nas Regiões Metropolitanas Brasileiras

Nesta seção são apresentados os resultados das estimativas da equação estrutural da sensibilidade da força de trabalho feminina em regiões metropolitanas brasileiras em relação às variações selecionadas. Os resultados das estimativas da equação estrutural da sensibilidade da força de trabalho feminina em relação ao custo da cesta básica, ensino superior, taxa de desemprego e salário mínimo nas regiões metropolitanas brasileiras, analisadas como uma amostra do país estão na Tabela 2.

Tabela 2 - Estimativa da equação da sensibilidade da participação feminina no mercado de trabalho nas regiões metropolitanas brasileiras estudadas de 2002 a 2016

Variável explicativa	Descrição	Coefficiente estimado
Constante		6.241916*
Ln CCBB	Custo da Cesta Básica no Brasil	0.070416*
Ln ESUFBr	Concluintes Femininas no Ensino Superior no Brasil	0.142875*
Ln TDB	Taxa de desemprego no Brasil	-0.144112*
Ln SM	Salário Mínimo	0.147874*
R ² = 0.992283		F=321.4431*

Fonte: Dados da Pesquisa. * significativo a 1%

As variáveis que melhor explicaram a variação da participação feminina no mercado de trabalho nas regiões metropolitanas foram: o número de concluintes femininas no ensino superior no Brasil (ESUFBr), o custo da cesta básica (CCBB), o salário mínimo (SM) e a taxa de desemprego no Brasil (TDB). Os testes e os parâmetros estimados no modelo da participação feminina no mercado de trabalho estão expostos na Tabela 2.

O coeficiente de determinação (R²) de 0.992283 indica que 99,22% das variações ocorridas na participação da mulher no mercado de trabalho são explicadas pelas variáveis incluídas no modelo de regressão. Em todas as variáveis analisadas os coeficientes de variações explicativas foram significativos em nível de 1% de probabilidade (Tabela 2).

Os sinais dos coeficientes e regressão apresentaram-se coerentes com as teorias e conhecimentos empíricos. Os sinais positivos dos coeficientes das variações CCBB, ESUFBr e SM indicam que elas têm influência positiva na participação feminina no mercado de trabalho nas

regiões metropolitanas e o sinal negativo do coeficiente da variável TDB aponta relação inversa entre essas variáveis e a participação da mulher no mercado de trabalho (Tabela 2).

A estatística F, significativa em nível de 1% de probabilidade, sugere que as variáveis explicativas são, conjuntamente, significativas para explicar a participação feminina no mercado de trabalho.

Assim, verifica-se que a regressão se ajustou bem aos dados.

Os resultados indicaram que o crescimento de 1% no custo da cesta básica provoca um aumento de 0,07% na população ocupada feminina. O resultado apresentado é coerente com o que Priore (1997) afirma sobre o aumento do custo de vida e a monetarização da economia, pois ambos têm influenciado no aumento do número de mulheres entrantes no mercado de trabalho, inicialmente para complementar a renda familiar e em especial quando elas são chefes de família.

Do mesmo modo, a elevação de 1% no número de concluintes femininas no ensino superior no Brasil aumenta a participação das mulheres em 0,142%. Azevedo et al (2000) ressalta que as mulheres estão mais preocupadas com sua qualificação profissional e nos últimos anos é possível observar uma elevação dos níveis de sua escolaridade segundo dados do Ministério da Educação e Cultura. De acordo com Menezes (2000) e Cirino e Lima (2011), a qualificação profissional facilita a entrada da mulher no mercado de trabalho, aumentando as oportunidades de emprego e renda.

Atrelado a esse fator, o aumento de 1% no salário mínimo nacional aumenta 0,147% a participação feminina no mercado de trabalho, pois estas sentem-se mais motivadas a trabalhar (Tabela 2). Cirino e Lima (2011) reflete sobre este fato afirmando que há restrições que influenciam na decisão da entrada da mulher no mercado de trabalho. O autor afirma que:

...a decisão da participação feminina no mercado de trabalho no contexto do modelo de produção doméstica pode ser entendida a

partir de um problema de maximização condicionada da utilidade domiciliar com duas restrições, sendo uma orçamentária e a outra de tempo disponível. (CIRINO, 2011, p. 167)

Cirino e Lima (2011) também ressaltam que a mulher optaria por participar do mercado de trabalho sempre que a sua taxa de salário real excedesse a produtividade das atividades desempenhadas em casa, ou seja, sempre que fosse financeiramente mais viável agregar renda, de modo satisfatório, a mulher optaria pelo mercado de trabalho e pelos benefícios que o acréscimo de renda traria para o desfrute do núcleo familiar. Caso contrário, se a renda extra oferecida influencie de modo muito tímido a renda bruta familiar, a mulher optaria pela produtividade do lar como prioridade.

Destaca-se que, em razão de a produtividade do trabalho do lar encontrar-se acima da taxa de salário real, torna-se melhor para a mulher encontrar-se fora do mercado de trabalho, uma vez que a quantidade de bens produzidos no domicílio é superior àquela que poderia ser obtida mediante a aquisição de bens de mercado com a sua renda do trabalho em alguma atividade econômica (CIRINO, 2011, 168).

De acordo com Cirino, para que a entrada da mulher no mercado de trabalho seja apropriada, com base nos dados apresentados em seu trabalho, deve-se avaliar se a rentabilidade acrescida em consequência de sua ausência na produção doméstica é positiva para o núcleo familiar.

Em suma, a regra de participação feminina no mercado de trabalho com base no modelo de produção doméstica é a seguinte: a mulher estará na força de trabalho sempre que a sua taxa de salário real (produtividade marginal em termos de possibilidade de consumo de bens de mercado) exceder, em dado momento, tanto a produtividade marginal do trabalho doméstico quanto o salário de reserva de tal agente (quanto este exige de remuneração adicional para privar-se de uma hora de lazer quando não está trabalhando) (CIRINO, 2011, 169).

No entanto, o aumento do desemprego no Brasil em 1% reduz 0,144% a população ocupada feminina nas regiões metropolitanas analisadas, pois em tempos de crise estas são as primeiras a serem dispensadas (Tabela 2). Além disso, Corrêa e Correia (2016) explicam que há um forte traço cultural que tenta ditar o espaço que a mulher deve atuar no mercado de trabalho e na sociedade. A mulher sempre foi vista como a cuidadora do lar, dos filhos e do marido, e que apesar de muito se falar sobre igualdade entre homens e mulheres no mercado, esta realidade é utópica, em especial quando ainda ocorrem as discrepâncias salariais como enfatizado por Cirino e Lima (2011). As autoras Corrêa e Correia expressam a situação profissional feminina da seguinte forma:

Inseridas no mercado formal de trabalho de forma desigual aos homens, as mulheres tiveram sua força de trabalho subordinada aos interesses de mercado e aos interesses do patriarcado, pois, era explorada por sua condição de trabalhadora e de mulher. As mulheres recebem salários inferiores, enfrentam várias jornadas de trabalho (intra e extra-lar), ocupam os trabalhos mais precários, e também são historicamente a maioria dos índices de desemprego - perdem mais facilmente seus trabalhos em momentos de instabilidade econômica (CORRÊA e CORREIA, 2016, p.1).

Ainda segundo as autoras, entre 1995 e 2002, ao avaliar os índices de desemprego foi constatado uma maior taxa de desocupação de mulheres do que em relação aos homens, chegando à marca de 12,11% em 1999 em contraposição aos 7,9 % dos homens no mesmo ano. Na análise por elas proposta, é notável a diferença salarial entre homens e mulheres, além do fato de elas serem as mais afetadas pelo desemprego.

Além das mulheres representarem a maioria dentre os desempregados, em relação à renda, a desigualdade salarial também prevaleceu. Em 1995, primeiro ano de governo FHC, os homens possuíam um rendimento médio mensal de todos os trabalhos realizados de R\$1,151,00. Já as mulheres apresentaram um

rendimento bem inferior de R\$721,00. Em 2002, o rendimento dos homens caiu para R\$1.016,00 e das mulheres houve perdas para R\$ 714,00. Após oito anos de governo, isto é, quase uma década de aprofundamento das políticas neoliberais, percebe-se a perda de conjunto do poder aquisitivo entre homens e mulheres, sendo que as mulheres continuaram com rendimento inferior aos homens. (CORRÊA e CORREIA, 2016, p.5).

Aquilini e Costa (2003), também ressalta que o desemprego feminino precisa ser discutido e combatido. Segundo os autores:

Note-se que o desemprego feminino é ainda “mais durável, menos visível e mais tolerado, mas difícil de se sair a partir dos instrumentos de medida estabelecidos”, não é considerado um problema social, o que nos convida a ver suas nuances, uma vez que as mulheres têm menor representação entre a população ativa e maior entre os desempregados, e “aos olhos da sociedade, ele (o desemprego feminino) é menos grave, menos perturbador e menos preocupante, onde nas políticas públicas de emprego, a luta contra o desemprego das mulheres jamais foi colocada como prioridade” (MARUANI, 2000), ainda que já são provedoras ao menos de 25% dos domicílios brasileiros e, em outros tantos, sua contribuição à renda familiar é imprescindível (AQUILINI, 2003. p. 37).

Assim, verificou-se que a participação feminina no mercado de trabalho é menos sensível ao custo da cesta básica e mais sensível ao salário mínimo, seguido pela taxa de desemprego e qualificação profissional.

4. CONCLUSÃO

Em todas as regiões metropolitanas analisadas a taxa geométrica de crescimento da população ocupada apresentou comportamento positivo, com maiores taxas para a população feminina em todas as regiões metropolitanas brasileiras.

O ajuste do modelo pelo método MQO mostrou por meio dos coeficientes de determinação que 99% da participação da mulher

no mercado de trabalho nas regiões metropolitanas brasileiras é explicada pelas variáveis custo da cesta básica; número de concluintes do ensino superior; salário mínimo e taxa de desemprego.

Evidenciou-se que a participação da mulher no mercado de trabalho nas regiões metropolitanas brasileiras é mais sensível a variações no número de concluintes Femininas no Ensino Superior no país e na Taxa de desemprego no Brasil.

5. REFERÊNCIAS

6.

- AZEVEDO, S.; MENEZES, W. (2000). FERNANDES, Cláudia Monteiro. *Crianças e adolescentes no mercado de trabalho*. Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET), Coleção teses e pesquisas, v.2
- BALTAR, P.; LEONE, E. (2008). *A mulher na recuperação recente do mercado de trabalho brasileiro*. Revista brasileira de Estudos Populacionais, São Paulo, v.25, n.2, p. 233 - 249, jul/dez.
- BRAGA, T. S.; RODARTE, M. M. S. A inserção ocupacional e o desemprego dos jovens: o caso das Regiões Metropolitana de Salvador e Belo Horizonte. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 26, n. 2, p. 877-904, nov. 2005.
- BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R. (1996). *O trabalho da mulher brasileira nos primeiros anos da década de 90*. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 10. Caxambu. Belo Horizonte: ABEP, 1996. v. 1. p. 483-516.
- CIRINO, J.; LIMA, J. (2011). Determinantes da Participação Feminina no Mercado de Trabalho: uma Comparação entre os Sexos e entre os Mercados das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte e Salvador *Revista Econômica do Nordeste*, Volume 42, nº 01, p. 165 a 182, Janeiro – Março.
- COSTA, L. (1990). Aumento da participação feminina: um tentativa de explicação. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 7. Caxambu. *Anais...* Belo Horizonte: ABEP, 1990. v. 2. p. 231-243.
- GUIRALDELLI, R. (2007). Presença feminina no Mundo do trabalho: história e atualidade. *Revista Rede de Estudos do Trabalho*. n 1.
- GUJARATI, D. (2000). *Econometria Básica*. São Paulo: Makron Books, 3ª ed, 846 p.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. População das Regiões Metropolitanas, Regiões Integradas de Desenvolvimento e Aglomerações Urbanas com mais de Um Milhão de Habitantes. Disponível em <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br>> Acesso em 17 de janeiro de 2018.
- NEIVERTH, I.; ALVES, G. (2003). Gravidez na adolescência e mudanças do papel social da mulher. *Paidéia*. p. 229-240.
- NOGUEIRA, C. (2004). *A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização*. Campinas: Autores Associados.
- PINHEIRO, J. (2012). *Trabalho Feminino no Brasil: Análise da evolução da participação da mulher no mercado de trabalho (1950-2010)*. Porto Alegre, p. 1-58.
- PRIORE, M.; BASSANEZI, C. (1997). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo.
- PROSBT, R. (2003). *A Evolução da Mulher no Mercado de Trabalho*. Gestão Estratégica de Recursos Humanos, Instituto Catarinense de Pós-Graduação – ICPG. Disponível em: <<http://www.posuniasselvi.com.br/artigos/rev02-05.pdf>>. Acesso em 05. Set. 2016.
- SCORZAFAVE, L. G.; MENEZES FILHO, N. A. Participação feminina no mercado de trabalho brasileiro: evolução e determinantes. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 3, p. 441-477, dez., 2001.
- SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO DO ESTADO DA BAHIA (SINDUSCON-BA). 2018. *A Construção Civil na Bahia nos Últimos Anos*. Disponível em:



<https://www.sinduscon-ba.com.br/conteudo/pub/003/cont/000918/000918.pdf>. Acess